

A trajetória política de Francisco Julião: Considerações sobre as idéias de revolução e anistia no Brasil.

Pablo F. de A. Porfírio*

Resumo: Este trabalho é parte integrante da pesquisa de doutorado sobre a trajetória política de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas no Nordeste do Brasil na década de 1950 até 1964 e ex-deputado estadual e federal por Pernambuco durante o mesmo período. Desse modo, este estudo se propõe a entender a relação entre os posicionamentos de Julião sobre a idéia de revolução e as memórias políticas produzidas no processo de anistia no Brasil no final da década de 1970, tentando assim promover novos entendimentos sobre o período de redemocratização do país.

Palavras-chave: Francisco Julião, Revolução e Anistia.

Abstract: This work is part of doctoral research on the political trajectory of Julião Francisco, leader of the Peasant Leagues in the Northeast of Brazil in the 1950s until 1964 and former Member Pernambuco state and federal for the same period. Thus, this study aims to understand the relationship between the positions of Julian on the idea of revolution and political memories produced in the process of amnesty in Brazil at the end of the 1970s, trying to promote new understandings about the period of the redemocratization country.

Keywords: Francisco Julião, Revolution, Amnesty.

1 - Década de 1960: debate com os comunistas.

Entre os grupos de esquerda, as diferenças de objetivos e de atuação, notadamente no início da década de 1960, começavam a se tornar cada vez mais aparentes. As Ligas Camponesas, cuja ação, nos anos anteriores ao golpe de 1964, chamou a atenção de grande parte da população em Pernambuco e no restante do país, era um dos movimentos sociais que mais se destacava e se diferenciava de outros grupos da esquerda, sobretudo do Partido Comunista.

O presidente de honra das Ligas, o deputado Francisco Julião, apresentava uma postura de não alinhamento com o Partido Comunista. Essa questão ficou mais visível após o I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado em 1961 na cidade de Belo Horizonte. Nesse encontro, Francisco Julião, juntamente com um pequeno grupo de camponeses, que constituía uma minoria entre o total de participantes, conseguiu empolgar o plenário e aprovar a tese da reforma agrária radical. A vitória de Julião frente à tese do PCB, que consistia na acumulação de reformas parciais conseguidas dentro da legalidade constitucional, significou o estabelecimento de uma ruptura entre as Ligas Camponesas e o Partido Comunista. (AZEVEDO, 1989. pp. 89-91)

Julião, em matéria publicada no *Jornal do Comércio* de 11 de setembro de 1962, ressaltava suas diferenças em relação às idéias e à atuação do Partido Comunista em Pernambuco e criticava a aliança que os líderes do PC buscavam estabelecer com uma burguesia nacionalista, a qual estaria articulando um golpe com o apoio, inclusive, desse partido. A reportagem do

*Doutorando em História pela Universidade Federal do rio de Janeiro.

Jornal do Comércio, afirmava:

Segundo podemos inferir das declarações do deputado socialista, o golpe estaria sendo articulado por certa camada da burguesia disfarçada em nacionalista, com o apoio daqueles que pregam a chamada “República Sindicalista” e do próprio Partido Comunista (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/09/1962: 04).

O deputado Francisco Julião afirmava que não entendia a união entre a camada social burguesa e os comunistas, pois, ao final, os primeiros tomariam o controle do país mantendo o estado de miséria no qual vivia grande parte da população do Brasil. Em decorrência dessa discordância, o líder das Ligas camponesas em Pernambuco passou a ressaltar que atuaria em uma faixa própria, pois *lhe era impossível obedecer ao figurino dos comunistas* (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/09/1962: 04).

Ainda de acordo com a reportagem do *Jornal do Comércio*, o deputado socialista afirmava que estava atuando em faixa própria:

Estou fazendo comícios em faixa própria – acrescentou o snr. Julião ao repórter. E em faixa própria posso denunciar a tragédia que angustia o povo brasileiro, ao mesmo tempo em que me bato pela candidatura do snr. Miguel Arraes, nome que foi aceito pelo meu partido (JORNAL DO COMÉRCIO, 11/09/1962: 04).

Francisco Julião não aceitava os caminhos trilhados pelo Partido Comunista, notadamente as alianças estabelecidas com a burguesia nacional, e apesar de não participar diretamente da campanha de Miguel Arraes, apoiava o candidato das esquerdas ao governo do Estado. Em resposta as declarações de Francisco Julião, são publicados, no jornal *A Hora*, dois artigos, escritos por Paulo Cavalcanti (JORNAL A HORA, 08 a 15/09/1962: 12) e David Capistrano (JORNAL A HORA, 20 a 27/10/1962: 07-08), integrantes e líderes do Partido Comunista em Pernambuco.

Os artigos dos líderes do PCB apresentavam uma característica em comum. Eles tentavam demonstrar que a luta dos camponeses não era algo recente e nem o deputado Francisco Julião teria sido o primeiro a procurar organizar os trabalhadores rurais. Tanto o texto de Paulo Cavalcanti, quanto o de David Capistrano realizaram um movimento, cujo objetivo era o de questionar a autoridade que Francisco Julião buscava apresentar em relação ao direcionamento das lutas sociais no meio rural, notadamente quando decidiu adotar a tese da “faixa própria”. A autoridade, que consistiria no poder de escolha dos caminhos a serem trilhados no desenvolvimento das lutas sociais, era reivindicada pelos comunistas, os quais questionavam os discursos de Julião, apontando que a organização dos camponeses executada pelo deputado socialista já era exercida pelos comunistas desde a década de 1940 (BEZERRA, 1979; PANDOLFI, 1995). Segundo Flávio Brayner, cada grupo se autoproclamava mais conseqüente que seus opositores e, em declarações enciumadas, brigavam por aquilo que entendiam ser a condução da história e, nesse caso, dos caminhos da revolução (BRAYNER, 1989).

David Capistrano, em seu artigo no jornal *A Hora*, apresentou uma crítica a Francisco Julião, afirmando que o mesmo ao organizar as Ligas Camponesas, em meados da década de

1960, não estaria promovendo nenhuma novidade e nem seria o primeiro e único responsável pela luta no meio rural, pois segundo o articulista do jornal *A Hora*;

De tudo isso não se pode afirmar que o despertar do movimento camponês no país, seja obra de algum titã, de um só homem ou de um partido político. É antes de tudo, segundo penso, o resultado do crescimento da contradição entre os grandes proprietários de terra e os camponeses sem terra; é em segundo lugar, a consequência lógica da luta dos próprios camponeses que encontram a formulação justa de suas aspirações e de suas reivindicações na plataforma do PCB, sobre o problema da terra e a questão camponesa sintetizada no magistral discurso de Luiz Carlos Prestes, na Assembléia Constituinte, em 1946 (JORNAL A HORA, 20 a 27/10/1962: 07-08).

Esse trecho do texto de David Capistrano é exemplar no movimento realizado em torno da disputa pela autoridade sobre o movimento camponês. Primeiro busca-se quebrar a idéia de que existia apenas um homem, um *titã* responsável pelo *despertar* da luta do homem do campo por melhorias sociais. Com isso, questiona-se a imagem de líder invocada pelo deputado estadual Francisco Julião, inclusive no momento em que ele cria a tese da atuação em *faixa própria*, na qual o mesmo desejaria consolidar o lugar de liderança para si.

Em um segundo momento, o editor do jornal *A Hora*, afirma que independentemente da atuação de um partido político ou mesmo de um líder, o movimento camponês seria um resultado lógico oriundo do *crescimento da contradição entre os grandes proprietários de terra e os camponeses sem terra*. Ou seja, para David Capistrano esse crescimento por si só já seria suficiente para incentivar a organização dos trabalhadores rurais.

Por fim, depois de refutar a idéia de que uma única pessoa poderia ser responsável pela organização dos camponeses, além de afirmar ser esse movimento uma consequência lógica do crescimento das contradições, o articulista do jornal *A Hora* finaliza sua argumentação afirmando que as aspirações e as reivindicações dos camponeses foram contempladas nas propostas contidas na plataforma do PCB, debatida por Luis Carlos Prestes na Assembléia Constituinte de 1946. Assim, David Capistrano localizava no Partido Comunista a posição de líder do movimento camponês, visto que desde a década de 1940 os comunistas já apresentavam soluções justas para o problema da terra.

Além disso, afirmava Capistrano:

É um velho hábito de puxar a brasa para seu lado de que toma posições oportunistas, procurando impor uma liderança de palavras e não de fatos concretos, muito em voga na época em que atuamos, de vitórias do socialismo em todo o mundo, do socialismo verdadeiro, de Marx e de Lênin, e não da fracassada verborragia da social democracia européia (JORNAL A HORA, 20 a 27/10/1962: 07-08).

Para o representante comunista, a condição de liderança pregada por Julião estava pautada apenas em palavras, não sendo constituída por ações. Ou seja, enquanto o deputado socialista se anunciava como o responsável pela organização e expansão das Ligas Camponesas, o PCB desejava demonstrar que essas já tinham sido anteriormente estruturadas pelo partido, o qual já discutia o problema da terra em suas propostas. Desse modo, segundo David Capistrano, Francisco Julião anunciava como sendo resultado de sua atuação aquilo que já estaria sendo desenvolvido pelos comunistas.

Nessa discussão em torno da condição de autoridade, enquanto liderança, recorremos a Edward Said, que afirma:

Não há nada de misterioso ou de natural na autoridade. Ela é formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem posição, estabelece padrões de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas idéias que dignifica como verdadeiras, e das tradições, percepções e juízos que forma, transmite e reproduz. Acima de tudo, a autoridade pode e realmente deve ser analisada (SAID, 1990. p. 31)

É no sentido do debate proposto por E. Said que podemos perceber o embate para ocupar o lugar de autoridade frente às lutas sociais em Pernambuco, notadamente em relação ao movimento camponês, entre Francisco Julião, de um lado, e Paulo Cavalcanti e David Capistrano, representantes dos comunistas, de outro. Esses buscavam formar, junto a parcelas da sociedade, uma autoridade, cujo campo de atuação ultrapassava o movimento camponês, pois procurava também estabelecer o modo como se encaminharia as lutas por reformas sociais. Sobretudo, tentava-se formar e disseminar uma autoridade, que permitiria definir os padrões e as posições a serem adotadas no planejamento e execução de uma revolução social.

O deputado Francisco Julião em um ato público realizado em Ouro Preto, no dia 21 de abril de 1962, dia de Tiradentes, fez uma longa proclamação, na qual criticava a democracia praticada no Brasil, como também o discurso que afirmava existirem *maus brasileiros, demagogos*, cujo objetivo seria apenas aproveitar-se do pauperismo do Nordeste para inquietar a *família cristã e cubanizar o país*. Declarava o presidente de honra das Ligas Camponesas em suas críticas:

A democracia que queremos para o Brasil é bem outra. Pouco importa o rótulo que tenha, desde que sirva ao povo. Que se chame cristã, popular ou socialista, contanto que traga no seu conteúdo a reforma agrária radical, como o primeiro passo. Mas eu te pergunto, companheiro e compatriota, se é possível alcançar essa reforma dentro deste sistema (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/05/1962: 08).

Francisco Julião destacava a reforma agrária como o principal conteúdo presente em um regime democrático. Contudo, o sistema existente no Brasil não proporcionava a realização de tal reforma. Logo, a democracia praticada no Brasil não promoveria nenhuma mudança, cujo resultado fosse uma maior justiça social.

Além de denunciar as desigualdades sociais e defender a reforma agrária radical, o discurso utilizado por Julião em Ouro Preto visava criticar a estratégia de frente única defendida pelo Partido Comunista, de aliança com a burguesia nacional e da escolha pela participação nas eleições como modo de promover as reformas sociais. Ao mesmo tempo, esse argumento reforçava sua tese de atuação em faixa própria, procurando apresentar a sua estratégia de ação como sendo a mais correta e viável, enquanto a proposta dos comunistas apenas reforçaria um sistema político, que não permitiria a realização de uma reforma agrária, pois iria viabilizar uma aliança com a dita família cristã, ou seja, comerciantes, industriais e até latifundiários.

Não creio que a redenção da minha Pátria venha das urnas. Nem das elites. Nem da “família cristã”. Ela virá, sim, e nisso creio firmemente, das massas angustiadas, do camponês sem terra, do operário sem trabalho [...] Não posso, não devo, não quero participar desta farsa. A não ser para denunciá-la. É o patriotismo que exige. É o amor aos humildes que me pede. Que tu participes da eleição já que o povo ainda não reúne a força suficiente com essa farsa. O essencial é que não alimente mais a ilusão de que o teu problema será resolvido na boca das urnas. Por isso, eu te convido, meu irmão, meu companheiro, meu compatriota daqui deste Morro, desta Vila Rica do Ouro Preto, em

memória de Tiradentes e de todos que trilharem pelo mesmo caminho [...] de todos que viveram pela pátria e souberam morrer por ela (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 11/05/1962: 08).

A opção de participar das eleições para realizar uma Revolução, segundo Francisco Julião, era uma farsa, o que desqualificava a tese de frente única defendida pelos comunistas. Para o deputado socialista, era necessário que ninguém mais alimentasse a ilusão de ter seus problemas resolvidos através das urnas, porém estivessem dispostos a trilharem o caminho daqueles que viveram e também morreram pela pátria. A proposta de Julião apontava para um caminho de confronto mais violento, onde a morte poderia ser uma possibilidade.

No mesmo ano em que lançou esse manifesto, Francisco Julião concorreu, nas eleições de outubro, a um mandato para deputado federal pelo PSB de Pernambuco e por isso, na sua declaração, afirmou que participava do processo eletivo apenas para denunciá-lo. No palanque do candidato a deputado, subiram diversos integrantes de movimentos que pregavam abertamente a luta armada como caminho para uma Revolução¹, tais como os trotskistas e setores do PC do B, os quais estavam descontentes com a política de alianças adotada pelo PCB no final da década de 1950 (PANDOLFI, 1995: 179-181).

Francisco Julião, como um líder social de destaque, representava e, ao mesmo tempo, revelava o interesse de setores da sociedade, que procuravam trilhar caminhos diferentes dos escolhidos pelo PCB. Contudo, mesmo criticando a estratégia de frente única defendida pelos comunistas, o presidente de honra das Ligas Camponesas participara do pleito de 1962, contribuindo para a vitória dos candidatos de esquerda, principalmente de Miguel Arraes.

3 - A volta do exílio.

Depois do golpe civil-militar de 1964, Francisco Julião foi preso e no ano seguinte conseguiu se exilar no México, onde ficou até 1979, quando retornou ao Brasil beneficiado pela Lei de Anistia. No dia 03 de novembro do referido ano, Julião desembarcava no Aeroporto do Guararapes, em Recife, sendo recepcionado por políticos locais e populares. A chegada do ex-líder das Ligas Camponesas ocupou algumas páginas da imprensa local, sobretudo do Jornal do Comércio e do Diário de Pernambuco. As primeiras matérias debateram, em sua maioria, acerca das mudanças operadas pelo ex-deputado estadual, sobretudo, no sentido de identificar se Julião alinhava-se a algum projeto de revolução armada ou encaixava-se em um projeto de democracia que ganhava força em vários setores sociais do Brasil.

Antes mesmo do desembarque de Francisco Julião, o senhor José Carlos Guerra, um dos articuladores do novo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB – em Pernambuco, afirmava:

¹Ver a Entrevista concedida por Francisco Julião a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco. 21 de setembro de 1982. pp. 53 – 54.

Julião tem manifestado através de vários pronunciamentos que volta absolutamente convencido de que só no exercício democrático das liberdades públicas, é que se pode constituir uma sociedade mais justa [...] o ex-líder das ligas camponesas em Pernambuco abandonou qualquer projeto de revolução armada para atingir seus objetivos socializantes (DIÁRIO DE PERNAMUCO, 03/11/1979: A3).

A entrevista de José Carlos Guerra é sintomática para entendermos alguns movimentos da sociedade realizados no final da década de 1970 no Brasil. Dentre esses podemos destacar a construção de memória, na qual vários setores sociais, incluindo alguns promotores da ditadura, absolveram-se e reconstruíram-se como democráticos, de modo que praticamente muitos poucos ainda se identificam com o regime militar instalado no país a partir de 1964. Nesse movimento de construção de memórias, ocorrido, sobretudo, entre o final da década de 1970 e os anos 1980, apagaram-se as radicalizações e o enfrentamento proposto pela esquerda mais radical no período que antecedeu o golpe de 1964. Esses grupos de esquerda foram considerados *vítimas bem intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista* (REIS FILHO, 2004: 40).

Nessas *batalhas da memória*, que emergem no processo de redemocratização do Brasil, as esquerdas derrotadas no enfrentamento armado, passam a se apresentar como vitoriosas, ocupando o lugar social de legítimos defensores da democracia, para desespero dos militares. O depoimento de José Carlos Guerra identifica-se, portanto, com essa operacionalização de uma memória democrática que atinge diversas parcelas da sociedade, inclusive as esquerdas mais radicais.

Esse movimento democrático, manifestado, sobretudo, na luta pela Lei da Anistia e na campanha das *Diretas já*, fez com que setores das esquerdas repensassem a tática de enfrentamento, praticada principalmente no final da década de 1960 e caracterizada pela luta armada e por um isolamento em relação à sociedade. A formação de uma frente democrática, notadamente a partir de 1974, permitiu que vários grupos de esquerda passassem a integrar um amplo movimento da sociedade civil, possibilitando a saída do isolamento e a realização de alianças com outros setores da oposição (ARAÚJO, 2007).

É nesse movimento, ou nessa grande vaga, para citar Deleuze (DELEUZE, 1998: 151), que Francisco Julião procurou se inserir e se fazer aceitar quando do seu retorno do exílio no México. Contudo, a memória, que associava o ex-líder camponês com as idéias de guerrilha e revolução armada, ainda é bastante presente no final da década de 1970. Desse modo, as *batalhas da memória*, citadas por Daniel Aarão, por meio das quais as esquerdas passaram a ocupar um lugar de defensores da democracia, parece ter sido mais difícil e prolongada para Francisco Julião. O próprio José Carlos Guerra, responsável por organizar a recepção de Julião em Recife, no depoimento anteriormente citado, rememora a ligação do ex-deputado estadual com um possível projeto de revolução armada no Brasil na década de 1960, ainda que essa lembrança seja para dizer que tal posição foi abandonada. Nesse sentido, essa legitimidade de defensores da democracia adquirida pelas esquerdas por meio de uma reconstrução da memória não tinha se estendido automaticamente para Francisco Julião.

Devemos ressaltar que grande parte dos grupos de esquerda que migrara da luta armada para compor uma frente democrática tivera uma destacada atuação no período da ditadura militar,

sobretudo no final da década de 1960, realizando seqüestros, guerrilhas e assaltos a banco. Francisco Julião, contudo, teve sua atuação social mais intensa no período que antecedeu ao golpe civil-militar de 1964, estando mais envolvidos em debates acerca do caminho a ser trilhado para se promover uma revolução, por exemplo, com os comunistas anteriormente citados, do que propriamente a frente de ações armadas em favor da revolução. Porém, essa memória que o identifica como sinônimo de mudanças radicais e violentas parece ter sido mais forte, inclusive para o próprio Julião, que ao desembarcar no Aeroporto dos Guararapes em Recife declarou o seu compromisso com o estado de direito e a democracia: *A experiência que tive no exílio foi válida. Amadureci mais, reflexionei mais, e volto com outras idéias que tem como ponto básico a pacificação de fazer retornar o estado de direito.* E Francisco Julião acrescenta: *Voltei ao Brasil e ao convívio da minha gente, com a preocupação de tentar unir e organizar o povo no sentido de ampliar e consolidar as liberdades democráticas* (DIÁRIO DE PERNAMUCO, 03/11/1979: A3).

Em sua volta do exílio a preocupação principal de Julião era a de combater essa sua memória de revolução armada e de guerrilha, a qual dificultava a sua inserção no movimento de frente democrática que ganhava cada vez mais força no Brasil do final da década de 1970. Nesse sentido, as suas primeiras declarações ao desembarcar no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, procuraram demonstrar a sua integração nesse movimento, sobretudo, quando Julião afirmava que um dos seus objetivos era *consolidar as liberdades democráticas*.

Apesar do esforço em produzir um outro significado para suas ações e para sua memória, podemos perceber que algumas manifestações insistiam em rememorar um Julião ligado a idéia de violência, sobretudo criando uma essência para o pensamento do ex-deputado estadual, que atravessara os anos.

A diferença maior entre este Julião e o que daqui saiu há 14 anos era a linguagem tranqüila, a voz quase susurrante e um discreto sotaque, produto dos longos anos no exílio. No fundamental, entretanto, parece que Francisco Julião não mudou: continua pregando graves transformações sociais para que mude também o pano de fundo de toda a América Latina, hoje representada pela estagnada massa camponesa (DIÁRIO DE PERNAMUCO, 03/11/1979: A3).

Vejamos que o jornal apesar de identificar algumas mudanças, resume a sua observação afirmando que *no fundamental*, ou seja, na essência, Julião continuava o mesmo de antes. Desse modo, as memórias sobre o ex-deputado estadual do período anterior a 1964 era revividas, mesmo no período pós-exílio, onde Julião já tentava se inserir em outra rede política, o PDT, que propunha formas de ação, as quais privilegiavam a construção da democracia por vias pacíficas. Essas memórias sobre Julião também adquiriu outro significado no final da década de 1970 e início dos anos 1980, pois era rememorada para indicar a parcela de culpa do ex-deputado estadual na derrota de 1964, sobretudo, porque a radicalização das práticas das Ligas Camponesas foi considerada uma estratégia equivocada que fortaleceu um discurso anticomunista e golpista dos grupos conservadores. Paulo Cavalcanti, um dos dirigentes do Partido Comunista, apresentado no tópico anterior do texto, com quem Julião debateu em 1962, em entrevista concedida vinte anos depois, afirmava: *Julião se arvorou em uma espécie de Guevara aqui do Nordeste, botou na cabeça que a revolução estava à vista. Esse foi o enfoque que levou a muitos equívocos*². A análise de Paulo Cavalcanti apresenta um caráter de crítica e

²Entrevista concedida por Paulo Cavalcanti a pesquisadora Eliane Moury Fernandes. Fundação Joaquim Nabuco. 22

de sátira, pois se refere à Julião como *uma espécie de Guevara do Nordeste*, ironizando assim a postura adotada pelo advogado das Ligas Camponesas e outras pessoas, que tentando realizar e reproduzir, aqui no Brasil, o modelo da revolução em Cuba, teriam incorrido em vários equívocos, os quais contribuíram para a derrota das esquerdas em 1964.

Depoimentos como esse são significativos para tentarmos entender como, na década de 1980, se construiu a relação entre Francisco Julião e setores da esquerda, bem como sua inserção na política do país no período de redemocratização. Nesse sentido, como afirma Michel Pollak, o ato de lembrar ou de esquecer é um resultado político (POLLAK, 1989), logo as lembranças de Paulo Cavalcanti estão também relacionadas com o processo político desencadeado após a Lei de Anistia, nos momentos finais da ditadura militar no Brasil.

Por fim, parece-nos que a anistia - no sentido aplicado por Paul Ricouer, ou seja, como um acordo que promova a reconciliação e um esquecimento em relação ao passado (RICOUER, 2008. pp. 460-461) - não funcionou para Francisco Julião. O ex-líder camponês não foi anistiado pelos grupos de direita que ainda identificavam nele um promotor de mudanças radicais, as quais poderiam ocorrer por meio da violência. Além disso, setores das esquerdas ainda viam Julião como um dos culpados pelo fracasso de 1964 e, por conseguinte, pelo golpe civil-militar promovido pela direita. Esse não-lugar do ex-líder camponês nos oferece as fissuras, os desvios e as incongruências existentes dentro do processo de anistia e fim da ditadura militar no Brasil. Nesse sentido, devemos começar a pensar que a anistia garantiu o retorno ao Brasil, mas não necessariamente o retorno a política dos exilados e que antes de tudo a anistia foi um batalha pela memória do período da ditadura militar no Brasil.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Maria Paula de. *Lutas democráticas contra a ditadura* In FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. *Revolução e democracia (1964...)* As esquerdas no Brasil. Vol. 3. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias: segunda parte – 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BRAYNER, Flávio Henrique Albert. *Partido comunista em Pernambuco: mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco; 1956 – 1964*. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações. 1972-1990*. Coleção Trans. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.
- POLLACK, Michel. *Memória, esquecimento, silêncio*. Revista Estudos Históricos. N° 3. Rio de Janeiro, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória* IN MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 50.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.